Pela dignidade da profissão

Por Amâncio Fernandes Antunes, TOC n.º 2 857

Existe um desconforto latente dos profissionais relativamente à maneira de actuar no caso dos honorários ou avenças.

A concorrência, praticada com honestidade, respeito pelas regras e responsabilidade, é salutar e imprescindível para um bom desempenho tanto económico como profissional.

No entanto, há TOC que não comungam e, por conseguinte, não praticam esta “religião”.

As reuniões das quartas-feiras são uma excelente oportunidade para troca de opiniões e resolução de dúvidas, mas são também uma oportunidade de convívio pós-reunião onde, por vezes, se ouvem e se contam as mais variadas histórias de colegas que são obrigados a baixar honorários (por si já baixos) ou a perder o cliente porque determinados TOC propõem preços ridículos. São valores tão baixos que me envergonho de mencionar. E não se pense que são os jovens que entraram recentemente na profissão que têm este tipo de comportamento!

Neste cenário, assiste-me uma dúvida: o que leva esses profissionais a ridicularizarem e desvalorizarem a profissão que exercem e que, supostamente, devia ser o seu “ganha-pão”? Será que essas pessoas têm consciência dos danos que estão a causar à profissão? Ou será que fazem dela mero entretenimento? Estão a explorar colaboradores ou têm outras formas de sobrevivência?

Mesmo que não estejam na profissão em exclusivo (é o meu caso, por isso mais autoridade moral me dá para abordar o assunto) não lhes assiste o direito de descredibilizarem uma profissão digna e imprescindível, que se quer respeitável e de utilidade pública.

Os TOC que se revêem nesta “foto” façam um favor à profissão: respeitem-na ou deixem-na! Se não tiverem capacidade para contribuir para a sua dignificação serão sempre pessoas indesejáveis.

Porque será sempre difícil, pelo menos no curto prazo, através da sensibilização, atingir resultados visíveis, proponho que sejam implementados mecanismos que nos permitam avaliar minimamente os comportamentos menos correctos. Concretamente: a complementar a obrigatoriedade do artigo 10.º do ECTOC e do Controlo de Qualidade, sugeria a criação no *site* da CTOC do

preenchimento de um inquérito *on-line*, (obrigatoriamente actualizado sempre que a situação se alterar) a todos os TOC, sociedades de profissionais, gabinetes e outros.

Esse inquérito seria sintético, transparente e esclarecedor e poderia ser a primeira fase do Guia de Controle de Qualidade (GCQ). Assim, o controlador que verificasse os profissionais, já levaria o inquérito e poderia indagar da sua veracidade.

O inquérito poderia abordar, além dos elementos constantes dos quadros (1,2,3,4) do GCQ, o número de colaboradores, quer fossem ou não TOC, bem como estagiários ao longo do ano (segundo consta, há quem aproveite a oportunidade para os rentabilizar...).

Poderia também constar o montante da prestação de serviços nas declarações fiscais, a soma do volume de negócios de todos os clientes e outras situações que se considerem relevantes para elaborar uma fórmula, que nos permita apurar um rácio comparativo.

Deverá constar também no inquérito o quantitativo de declarações emitidas no regime simplificado, nem que para tanto seja necessário implementar um procedimento que permita identificar sempre o TOC responsável.

Pressinto que estas propostas não serão pacíficas para alguns. No entanto, para os seus eventuais detractores fica uma questão: quais as alternativas que apresentam para tentar resolver o problema? Sim, é de um problema que se trata e que, se não for resolvido, pode corroer os alicerces ainda jovens da profissão. Criticar por criticar pertence ao passado e não resolve nada. O futuro constrói-se com alternativas, ideias e discussão. Só assim conseguiremos dignificar a profissão. ■

Há colegas que são obrigados a baixar honorários (por si já baixos) ou a perder o cliente porque determinados TOC propõem preços ridículos. São valores tão baixos que me envergonho de mencionar.